

## A DIMENSÃO DISCURSIVA DE TEXTO E AUTORIA<sup>1</sup>

**Magna Leite Carvalho Lima<sup>2</sup>**

**RESUMO:** O presente artigo tem como ponto central analisar as discursividades produzidas da relação de sentidos entre textualidades da proposta de redação do ENEM no ano de 2013. Busca, ainda, analisar como candidatos de 3ª série do Ensino Médio de uma escola particular no interior de Minas cumpriram a exigência relativa a um dos 5 (cinco) critérios que avaliam as produções de texto: a Competência V (Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos). A hipótese com a qual trabalhamos é a de que a efetivação da autoria (como efeito), proposta pelo ENEM, produz identificações ao atrelar os sujeitos enunciadores em determinadas formações discursivas, fazendo certos sentidos se sobreporem a outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discursividade. Competência. Texto. Autoria. Discurso.

**ABSTRACT:** The present article has as a central point to analyze the discursiveness produced from the relationship of meanings between textualities of the proposal of writing of the ENEM in the year of 2013. It also seeks to analyze as candidates of the 3rd series of the high school of a private school in Minas Gerais have complied with the requirement for one of the five (5) criteria that evaluate text productions: Competence V (Elaborate proposal of intervention for the problem addressed, respecting human rights). The hypothesis with which we work is that the effectiveness of authorship (as effect), proposed by the ENEM, produces identifications by linking the enunciators in certain discursive formations, making certain meanings overlap with others.

**KEYWORDS:** Discursiveness. Competence. Text. Authorship. Speech.

Este artigo tem como objetivo analisar como candidatos ao ENEM 2013 cumpriram a exigência relativa a um dos 5 (cinco) critérios que avaliam as produções de texto: a Competência V (Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos).

Além disso, buscamos compreender as discursividades produzidas a partir da análise de uma relação de constituição de sentidos entre textualidades da proposta de redação deste mesmo ano. Para isso, construímos um dispositivo teórico-analítico filiado à Análise de Discurso e partimos da hipótese de que a efetivação da autoria (como efeito), proposta pelo ENEM, produz identificações ao atrelar os sujeitos enunciadores em determinadas formações discursivas, fazendo certos sentidos se sobreporem a outros.

Dessa forma, buscamos compreender, a partir de um percurso analítico, vestígios que o texto produzido pelo candidato oferece, bem como observar em que condições de produção

---

<sup>1</sup> Este texto apresenta algumas das questões tratadas na tese Discursividades no/do Enem em torno da V Competência: processos de institucionalização de sentidos entre textos e gestos de interpretação, defendida em 2017.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Linguagem (UNIVÁS). E-mail: [magnaleite30@gmail.com](mailto:magnaleite30@gmail.com)

essas discursividades se constituem. As análises tiveram como *corpus* as propostas de redação do ano de 2013 e o parágrafo conclusivo das redações de candidatos ao ENEM da 3ª série do Ensino Médio deste mesmo ano.

Os resultados alcançados nos apontaram, principalmente, que o modo como o discurso do ENEM tenta administrar os sentidos produz como resultado um sujeito-candidato basicamente preocupado em provar sua capacidade de ser cidadão, que é posto quando este tenta apresentar uma intervenção sem ferir os direitos humanos. É uma imposição, a qual o sujeito-candidato se esforça para cumprir. Ele tenta seguir o “ritual” (modelo avaliativo), mas como sujeito da/na linguagem, seu dizer falha e o equívoco vem à tona articulado à história, à ideologia, à memória discursiva.

Como a produção do candidato ao ENEM é um texto e sua nota está atrelada àquilo que o exame concebe como autoria, é necessário marcarmos nossa posição quanto a essas duas questões. Nossa discussão ocorre, para tanto, em torno do texto, entendido como uma unidade de significação, como veremos neste tópico. Mas, antes de nos referirmos a essa concepção de texto, chamamos a atenção para o fato de que é comum verificarmos nas práticas escolares e em algumas posições teóricas como a Linguística Textual e o Cognitivismo, que todo texto, para ser inteligível, necessita de começo, meio e fim, ou seja, baseiam-se em outras concepções de texto. Além disso, da perspectiva dessas teorias, o texto apenas é a unidade empírica. Logo também possui elementos como som, imagem, progressão, unidade, coerência, coesão, progressão e finalidade.

Uma vez que para tais posições teóricas a leitura de um texto deve levar em conta os aspectos apontados acima, acrescentamos que com a atividade de produção, dentro desta perspectiva, não é diferente, uma vez que para colocá-la em prática, o escritor também precisaria recorrer a conhecimentos que estão armazenados em sua memória cognitiva. Ainda nesta linha teórica, Koch (2012, p. 37) assevera que esses conhecimentos aos quais o escritor recorre são resultado de inúmeras atividades com as quais nos envolvemos ao longo de nossa vida e que deixam entrever a intrínseca relação entre linguagem/mundo/práticas sociais. Assim sendo, a autora relata que

A memória deixa de ser vista como um auxiliar do conhecimento, passando a ser considerada parte integrante dele, ou mesmo como a forma de todo o conhecimento: o conhecimento nada mais é que estruturas estabilizadas na memória de longo prazo, que são utilizadas para o reconhecimento, a compreensão de situações – e de textos -, a ação e a interação social. (KOCH, 2012, p. 37)

Logo, as teorias linguísticas textuais consideram que o conhecimento e a memória cognitiva nos possibilitam compreender o texto tanto em sua ordenação lógica como em sua denominada completude, ponderações estas que concebem o texto como unidade linguística. Outra teoria que comunga com as concepções de texto postas até o momento é a de Hanks (2008). O autor trata o texto em seu status, ou seja, enquanto produto e enquanto processo sociocultural. Nesta abordagem, portanto,

Inferência, conhecimento de mundo e características linguísticas de uma situação comunicativa devem ser trazidos para o texto com o objetivo de torná-lo semanticamente completo. Embora a conectividade formal e funcional possa fornecer base para o significado de um texto, é somente em união com o mundo sociocultural externo que ele se torna completo. (HANKS, 2008, p. 131)

Como é possível observar, Hanks também defende que o texto é uma unidade linguística e que para tal necessita de elementos para que se constitua assim. Visões tais que sustentam, portanto, o trabalho desenvolvido na escola, ou seja, de considerar o texto como unidade textual.

Apesar de considerarmos que na materialidade textual/superfície linguística os elementos internos e estruturais mencionados são importantes para compreendermos que não há texto caso não haja sujeito e história, o conceito de texto com o qual trabalhamos propõe outra reflexão a partir da perspectiva teórica da Análise de Discurso. Tal abordagem encontra-se em Orlandi (2001), pois, para a autora, não basta considerar o texto somente como uma unidade linguística, é preciso observar como o texto se configura a partir de uma unidade de sentido (como esse efeito de unidade se constrói), portanto histórica, que por sua vez tem relação com a exterioridade. Por seu turno,

Vamos definir diretamente o discurso como efeito de sentido entre locutores. Essa é uma definição de discurso em seu sentido amplo e nos introduz em um campo disciplinar que trata da linguagem em seu funcionamento. Ou seja, se pensamos o discurso como efeito de sentidos entre locutores, temos de pensar a linguagem de uma maneira muito particular: aquela que implica considerá-la necessariamente em relação à constituição dos sujeitos e à produção dos sentidos. Isto quer dizer que o discurso supõe um sistema signifiante, mas supõe também a relação deste sistema com sua exterioridade já que sem história não há sentido, ou seja, é a inscrição da história na língua que faz com que ela signifique. Daí os efeitos entre locutores. E, em contrapartida, a dimensão simbólica dos fatos. (ORLANDI, 1994, p. 53)

Na mesma linha teórica que Orlandi, Indursky (2006) postula que exterioridade para Análise de Discurso vai muito além do que teorias como a da enunciação, a da linguística textual e a da semiótica consideram. A exterioridade para a AD consiste em considerar as

condições de produção como aquilo que ultrapassa elementos internos ao texto propriamente dito. Nas palavras de Indursky,

Pode-se pensar o **texto** como um **espaço discursivo**, não fechado em si mesmo, pois ele estabelece relações não só com o **contexto**, mas também com **outros textos** e com **outros discursos**, o que nos permite afirmar que o fechamento de um texto, considerado nessa perspectiva teórica, **é a um só tempo simbólico e indispensável**. Nessa concepção, o **texto** não se fecha em si mesmo, pois faz parte de sua constituição uma série de outros fatores, tais como **relações contextuais, relações textuais, relações intertextuais, e relações interdiscursivas**. (INDURSKY, 2006, p. 69, grifos da autora)

Logo a partir da análise da materialidade textual e de sua exterioridade, torna-se possível observar a materialidade do discurso, que implica redefinir, conforme Orlandi (2001), a materialidade linguístico-histórica.<sup>3</sup> O texto é, assim, enquanto unidade, uma construção imaginária diante da incompletude e não transparência da linguagem. Neste sentido, Orlandi explica que

O texto atesta o modo pelo qual, pela sua função de autor, o sujeito administra a dispersão e a pressão da multiplicidade das possíveis formulações (outras) no mesmo sítio de significação. Jogo intrincado de diferentes formações discursivas, a Unidade resulta de uma construção imaginária que rege a incompletude e a dispersão real dos sujeitos e dos sentidos arregimentada pela força organizadora da ideologia, no funcionamento discursivo das relações de poder que se simbolizam. (ORLANDI, 2008, p. 97)

Ao ampliar e aprofundar o conceito de texto, compreendemos que não basta ao sujeito dominar uma língua como se ela fosse transparente e finita e tê-la como pré-requisito para a efetivação da leitura e da escrita. É preciso perceber que, por ser não transparente, a língua nos permite olhar para o texto como um efeito de unidade que advém de um processo de administração da dispersão dos sentidos e dos sujeitos e da incompletude da linguagem. Isso nos vale, ainda, a considerar a multiplicidade das formulações possíveis dentro de um mesmo campo de significação – o que chamamos de formações discursivas.

Por isso, não é possível em exames como o ENEM, identificar a origem de um texto, porque as relações interdiscursivas aproximam este texto de outros discursos, remetendo-o a redes de formações discursivas diversas e mobilizando posições-sujeito igualmente diferentes. Assim, este movimento de identificação com as representações trazidas do interdiscurso

---

<sup>3</sup> De acordo com Orlandi (2001), a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua. A partir da materialidade do texto na relação com a exterioridade que lhe é constitutiva torna-se possível observar a relação entre paráfrase e polissemia, a produção de efeitos metafóricos, os vestígios de interpretação que constituem sua historicidade e seu modo de produzir sentidos.

culmina na atribuição de sentidos e determina a escrita, de cada candidato. Conforme postula Indursky (2006), o sujeito-autor estabelece uma trama entre os diferentes recortes discursivos, que são provenientes de diferentes textos, afetados por diversas formações discursivas e diferentes posições-sujeito. Para a autora,

O que está em jogo, aí, é o modo como o sujeito-autor “costura” e organiza estes diferentes recortes, para que eles se tornem um texto. Ou seja: o sujeito-autor, neste movimento, torna interno o que é externo. Como se vê, nessa concepção teórica, produz-se um duplo jogo de relações que se instituem concomitantemente no movimento da constituição do texto e que apontam para o modo como o sujeito-autor “costura” e internaliza as cadeias discursivas provenientes da exterioridade para que produzam o **efeito-texto**. (INDURSKY, 2006, p. 71, grifos da autora)

Este modo como o sujeito “costura” e internaliza as cadeias discursivas é que, para nós, vai diferenciar o texto de um candidato do texto de outro, no ENEM. Além disso, há gestos de leitura de diferentes leitores em jogo como de corretores da banca, professores que fazem uso do material para fazer sua prática de sala de aula. Estes participam do processo de construção e diferenciação dos textos. Também não se estanca a relação que há entre elementos além da coesão, da coerência e do suposto domínio da norma padrão da língua que sustentam a escrita e a leitura de um texto. Um deles é a interpretação do texto como o efeito da ideologia, tendo em vista que formações ideológicas produzem o “imaginário que medeia a relação do sujeito com suas condições de existência. [...] A ideologia é, pois, constitutiva da relação do mundo com a linguagem, ou melhor, ela é condição para essa relação” (ORLANDI, 1998, p. 56).

Em termos ainda mais específicos:

A ideologia é interpretação de sentidos em certa direção, determinada pela relação da linguagem com a história, em seus mecanismos imaginários. Ela não é, pois, ocultação, mas função necessária entre linguagem e mundo. Linguagem e mundo se refletem, no sentido da refração, do efeito (imaginário) necessário de um sobre o outro. Na verdade, é o efeito da separação e da relação necessária mostradas no mesmo lugar. Há uma contradição entre mundo e linguagem, e a ideologia é trabalho desta contradição. (ORLANDI, 1998, p. 57)

Ver o texto a partir de um efeito da ideologia faz com que reconheçamos a multiplicidade das inúmeras formulações possíveis dentro de um mesmo campo de significação. Isso quer dizer que as discursividades que constituem um texto podem se inscrever em diferentes sítios de significação. Pêcheux explica que o sentido é produzido na formação discursiva, ou seja,

Aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que **pode e deve ser dito** [...] Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas [...] diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam na “linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (PÊCHEUX, 1988, p. 160, grifos do autor)

Considerando, pois, o texto como unidade (imaginária) de significação, perguntamos em que medida é possível ao candidato se constituir autor, ou de que modo se configura a função-autor, a partir de gestos de interpretação e escrita em exames institucionalizados como o ENEM? Já dissemos que isso se dá à medida que este candidato “costura” e organiza os diferentes recortes e torna interno o que é externo (INDURSKY, 2006). No entanto, consideramos significativo discutir a noção de autoria, autor e função-autor na perspectiva discursiva. Ressaltamos, ainda, que não queremos com isso isolar o exame e considerar que ele, sozinho, promova ou tenha condições de produzir a autoria. Isso só se dá caso o processo de escolarização possibilite esse processo. A produção da autoria, portanto, envolve muito mais que um único exame ou prova, como veremos posteriormente.

Justificamos essa discussão, ainda, pois a partir do momento que lemos o recorte a seguir no Guia do Participante, o termo autoria nos chamou a atenção. A definição que se propõe no documento está longe de ser o que concebemos em nossa discussão. Vejamos:

O participante seleciona, organiza e relaciona informações, fatos, opiniões e argumentos pertinentes ao tema proposto de forma consistente, configurando **autoria**, em defesa de seu ponto de vista. Explicita a tese, seleciona argumentos que possam comprová-la e elabora conclusão ou proposta que mantenha coerência com a opinião defendida na redação. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2012, p. 21, grifo nosso)

Para o ENEM, autor é aquele que “seleciona, organiza e relaciona informações, fatos, opiniões e argumentos pertinentes ao tema proposto de forma consistente”. Há, para nós, no que se refere ao entendimento relativo ao conceito de autoria, um deslocamento tanto ao que o ENEM propõe, quanto a noções comumente relacionadas àquele que produz um texto e possui direitos jurídicos sobre ele.

Quando Orlandi (2001) postula sobre a função autor, o faz a partir de um deslocamento em relação ao que Foucault (1969) afirmara anteriormente. Para Foucault, o autor é definido pelo próprio texto e não é visto como uma singularidade, mas como uma pluralidade, que pode dar lugar a vários egos, a várias posições-sujeitos. Assim,

A função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar. (FOUCAULT, 1969, p. 279)

A função autor pensada na Análise de Discurso, por outro lado, não considera o autor como sujeito empírico, mas como posição-autor. Isso quer dizer que “Nos termos discursivos [...], o autor é posição-autor e não autor empírico: é um lugar, no imaginário, constituído pelo confronto do simbólico com o político. (ORLANDI, 2008, p. 80)

Enquanto para Foucault (1969) a autoria se constitui no centro da noção de texto que se torna “obra de”, para Orlandi (2001) o texto se constitui a partir de uma associação entre o simbólico e as condições de produção que compreendem o sujeito e a situação.

Visto dessa maneira, o texto é considerado não somente em seu aspecto simbólico, linguístico e político, mas como uma unidade de significação e de análise que permite observar o funcionamento do discurso. Dessa forma, é necessário considerar que,

Fazendo intervir a questão da completude, da linearidade e do jogo entre formações discursivas, o texto é carregado de discursividades superpostas que não estão (não podem estar) perfeitamente articuladas na espacialização linear do texto, ou seja, não cabem na linha. A formulação é assim um gesto que se con-firma (con-figura, con-forma) no meio da variação: o sentido sempre poderia ser outro. Mas não é. Se não fosse a variação não haveria necessidade de formulação. (ORLANDI, 2001, p. 84)

Se a formulação é um gesto que se con-firma no meio da variação, voltamos a afirmar que produzir texto envolve, principalmente, o sujeito e a situação. Levando em consideração que os sujeitos são variados e as situações também, é necessário considerar que, na perspectiva da AD, pensar em função-autor não quer dizer conhecer como uma língua se estrutura, se combina no nível frasal e textual, pois isso não bastaria. Para ocupar uma posição de autoria, é preciso que a memória discursiva intervenha, que segundo Pêcheux,

Seria aquilo que, em face de um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Ao reestabelecer os implícitos quando produz um texto, o candidato ao ENEM está diante de um emaranhado de complexos e relações que vão além da superfície da sequência

linguística. Mais que progressão, coesão, coerência, aspectos linguísticos, o candidato está diante de discursividades, de textos (tanto aquele que ele produz, quanto os que estão na Proposta de Redação) que são a manifestação material concreta do discurso.

Tais considerações implicam em delinear a noção de texto discursivamente, para tanto

Não se trata do texto enquanto obra literária, não se trata do texto como pretexto para estudar a língua, ou para estudar as línguas, trata-se do texto como forma material, como textualidade, manifestação material concreta do discurso, sendo este tomado como lugar de observação dos efeitos da inscrição da língua sujeita a equívoco na história. Trata-se do texto como unidade de análise (científica) do discurso. E é essa sua qualidade teórica, o de ser unidade de análise. (ORLANDI, 2008, p. 78)

Se o texto é uma unidade de análise, está longe de ser fechado em si, de ser passível de uma única leitura e interpretação. Em consoante a Orlandi (2001, p. 87), o texto não pode ser visto como uma unidade fechada pois tem relação com outros textos, sejam eles existentes, possíveis ou imaginários. Tem relação com as condições de produção, que envolvem sujeitos e situação. E, por fim, tem relação com a exterioridade constitutiva, em outras palavras, com o interdiscurso, com a memória do dizer (aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente).

Por isso, voltemos à noção já naturalizada de texto como aquele que deve ter começo, meio e fim e reformulemos da seguinte maneira: “se, enquanto unidade empírica, o texto é uma unidade com limites – começo, meio, progresso e fim – e, enquanto unidade imaginária, ele também se representa em sua unidade organizada, enquanto unidade discursiva é uma unidade aberta” (ORLANDI, 2008, p.90). Por ser considerado desta maneira, em todo texto

Há uma injunção à textualidade na linguagem e não há texto sem autor. Há função-autor desde que haja um sujeito que se coloca na origem do dizer, produzindo o efeito de coerência, não contradição, progressão e fim. Para mim, a autoria é uma injunção do dizer assim como o é a interpretação: face ao sujeito, todo objeto simbólico deve produzir sentido. Do mesmo modo, para significar estamos sempre interpretando, mesmo sem o reconhecer, e “assinamos” embaixo de “nossas” palavras, assim nos constituímos autores de nossos textos. A produção imaginária da unidade é um dos efeitos dos mais importantes da função-autor, tal como a penso no ordinário do discurso, no cotidiano das palavras. Tanto para a oralidade como para a escrita. A relação é pois autor/texto e não autor/obra. (ORLANDI, 2008, p. 91)

Assim, é possível compreender a função-autor em exames como o ENEM e não simplesmente tratar os candidatos como “copistas”, levando em consideração que a autoria é uma injunção do dizer do mesmo modo que há uma injunção à textualidade. Isso significa considerar a redação do ENEM como resultado dessas injunções que produzem um autor como



se esse fosse origem do dizer. No entanto, as palavras do candidato estão em relação com a memória discursiva. Isso também significa compreender a redação do ENEM como um objeto simbólico que produz sentidos e sujeitos. O texto permite observar, portanto,

Como se organiza a discursividade, isto é, como o sujeito está posto, como ele está significando sua posição, como a partir de suas condições (circunstâncias da enunciação e memória) ele está praticando a relação do mundo com o simbólico, materializando sentido, textualizando, formulando, breve, ‘falando’. (ORLANDI, 2001, p. 67)

Consequentemente, de acordo com Orlandi (2008), não é no texto que estão as inúmeras possibilidades de leitura e sim no espaço constituído pela relação do discurso e do texto. Da organização sujeito-língua-história, sujeito-autor, discurso-texto, surge o eixo organização-textualização-autoria.

Por nos interessar mais a questão relativa a autor/texto e não autor/obra é que nos filiamos à Análise de Discurso quando, em consoante a Gallo (1992), partimos do texto para refazer a trajetória do sujeito que o produziu, através dos vestígios que circulam no texto, passando necessariamente pelas condições de produção deste texto, para retornar ao texto e finalmente compreender como ele produz efeitos de sentido.

Tais efeitos de sentido se constituem a partir da interpelação ideológica à qual o candidato do ENEM é assujeitado e levado a ocupar uma ou outra posição sujeito. Assim, de que lugar fala o candidato ao ENEM? Que posição sujeito ocupa?

A seguir, pretendemos analisar compreender o gesto de interpretação do sujeito e expor seus efeitos de sentido. Observamos que os dizeres destes textos produzem um efeito de unidade e incidem na produção de certos sentidos. O candidato, por sua vez, a partir de um gesto de interpretação, marca uma posição significativa em relação à proposta, à coletânea, ao que leu e ocupa uma função autor.



Veremos, ainda, que há, pois, um jogo na proposta que tenta administrar a relação do sujeito com os sentidos, guiando o candidato para que escreva conforme o ideal que se projeta, por isso dizemos, conforme Orlandi (2001) que os sentidos são administrados. Nas palavras da autora: “Os sentidos – sempre aí em seu movimento de produzir rupturas, acontecimentos – não estão no entanto jamais soltos (desligados, livres), eles são administrados, geridos.” (ORLANDI, 2001, p. 28)

A partir da descrição da proposta, observamos que a junção dos textos em uma proposta pode nos colocar frente a diferentes formações discursivas, produzindo uma injunção à

interpretação já autorizada em nosso contexto. Os dizeres são postos de forma a produzir um efeito de unidade, ou seja, o modo como a questão é formulada, como os textos são postos, já nos aponta o que pode e deve ser dito na redação.

Consideremos antes de qualquer análise, porém, que não se pode negar a posição dos candidatos ao ENEM, ou seja, a de sujeitos assujeitados pela ideologia e às condições de produção dos textos. Há uma tentativa de se produzir um sujeito controlado pelos textos motivadores, por isso, as condições de produção envolvem, principalmente estar atrelado a um tema, a inúmeros critérios avaliativos e vinculado a um sistema.

### Da conscientização à fiscalização: “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”



---

**PROPOSTA DE REDAÇÃO**


A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

**Qual o objetivo da “Lei Seca ao volante”?**

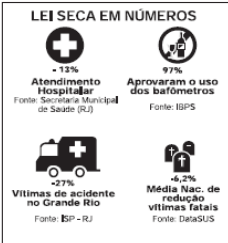
De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito. E metade das mortes, segundo o Ministério da Saúde, está relacionada ao uso do álcool por motoristas. Diante deste cenário preocupante, a Lei 11.705/2008 surgiu com uma enorme missão: alertar a sociedade para os perigos do álcool associado à direção.

Para estancar a tendência de crescimento de mortes no trânsito, era necessária uma ação enérgica. E coube ao Governo Federal o primeiro passo, desde a proposta da nova legislação à aquisição de milhares de etilômetros. Mas para que todos ganhem, é indispensável a participação de estados, municípios e sociedade em geral. Porque para atingir o bem comum, o desafio deve ser de todos.

Disponível em: [www.epf.gov.br](http://www.epf.gov.br). Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br). Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: [www.operacaoleiseca.org.gov.br](http://www.operacaoleiseca.org.gov.br). Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

**Repulsão magnética a beber e dirigir**

A lei da física que comprova que dois polos opostos se atraem em um campo magnético é um dos conceitos mais populares desse ramo do conhecimento. Tulipas de chope e bolachas de papelão não servem, em condições normais, como objetos de experimento para confirmar essa proposta. A ideia de uma agência de comunicação em Belo Horizonte foi bem simples. Imãs foram inseridos em bolachas utilizadas para descansar os copos, de forma imperceptível para o consumidor. Em cada lado, há uma opção para o cliente: *dirigir* ou *chamar um táxi* depois de beber. Ao mesmo tempo, tulipas de chope também receberam pequenos pedaços de metal mascarados com uma pequena rodela de papel na base do copo. Durante um fim de semana, todas as bebidas servidas passaram a pregar uma peça no cliente. Ao tentar descansar seu copo com a opção *dirigir* virada para cima, os imãs apresentavam a mesma polaridade e, portanto, causando repulsão, fazendo com que o descanso fugisse do copo; se estivesse virada mostrando o lado com o desenho de um táxi, ela rapidamente grudava na base do copo. A ideia surgiu da necessidade de passar a mensagem de uma forma leve e no exato momento do consumo.

Disponível em: [www.operacaoleiseca.org.gov.br](http://www.operacaoleiseca.org.gov.br). Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

**INSTRUÇÕES:**

- O rascunho da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto definitivo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- tiver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”;
- fugir ao tema ou que não atender ao tipo dissertativo-argumentativo.
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos.
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

---

LC - 2º dia | Caderno 6 • CINZA • Página 2

No ano de 2013, o ENEM trouxe o seguinte tema: “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”. O total de textos da coletânea foram 4, sendo dois totalmente verbais e dois mistos.

O primeiro texto verbal apresentou o seguinte título: “Qual o objetivo da ‘Lei Seca ao volante?’” O texto buscava responder à pergunta feita pelo título, dizendo que o motivo da implantação da lei são os 30% dos acidentes de trânsito que têm como responsáveis pessoas embriagadas. Assim, a Lei surgiu como uma missão de alertar a sociedade sobre os perigos do álcool associado à direção.

No último parágrafo do texto, menciona-se que isso foi necessário para estancar a tendência de crescimento das mortes no trânsito. E o responsável por esse primeiro passo foi o Governo Federal, que criou a Lei e adquiriu milhares de etilômetros. No entanto, é necessário, segundo o texto, que todos participem, municípios e sociedade em geral, porque esse deve ser um desafio de todos: atingir o bem comum.

Abaixo do primeiro texto da coletânea, encontram-se dois outros (lado a lado). O da esquerda é uma propaganda. “Não deixe a bebida mudar o seu destino” é o mote da campanha publicitária proposta pelo Ministério da Justiça e Polícia Rodoviária Federal, em 2013. A arte mostra um copo de cerveja em tamanho potencializado (maior do que o natural), servindo de obstáculo para que um carro categorizado popular no Brasil se choque contra ele (o copo de cerveja). O carro batido, amassado é parado pelo copo, que através de uma montagem parece ser maior e mais alto do que o carro, assim produzindo efeitos de imponência.

Abaixo dessa cena (e ao lado do texto publicitário na Proposta original), está o outro texto que tem como título: “Lei Seca em Números”. Há, ainda, subtítulos que mostram o número, em porcentagem, para: “Atendimento hospitalar”; “Aprovaram o uso de bafômetros”; “Vítimas de acidentes no grande Rio”, “Média nacional de redução de vítimas fatais”. Quatro organizações aparecem, através de nomes e logomarcas: 191 – Polícia Militar; Polícia Rodoviária Federal; Ministério da Justiça e Governo do Brasil.

**PROPOSTA DE REDAÇÃO**

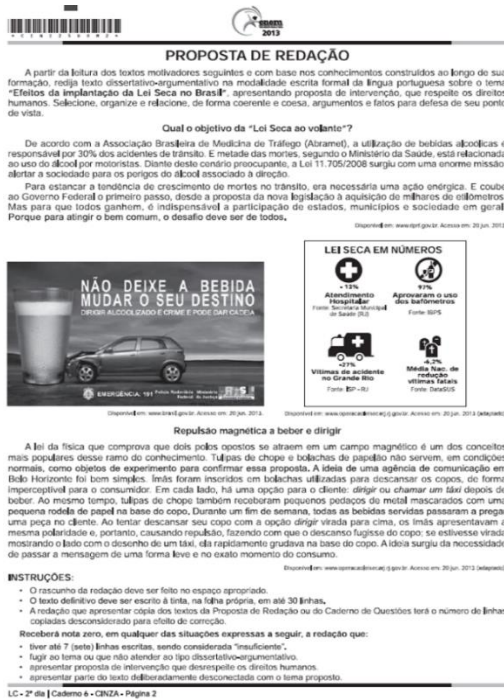
A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil”, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Qual o objetivo da “Lei Seca ao volante”?

De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito. E metade das mortes, segundo o Ministério da Saúde, está relacionada ao uso do álcool por motoristas. Diante deste cenário preocupante, a Lei 11.705/2008 surgiu com uma enorme missão: alertar a sociedade para os perigos do álcool associado à direção.

Para assegurar a tonificação de crescimento de mortes no trânsito, era necessária uma ação inédita. E coube ao Governo Federal o primeiro passo, desde a proposta da nova legislação à aquisição de milhares de oômetros. Mas para que todos ganhem, é indispensável a participação de estados, municípios e sociedade em geral. Porque para atingir o bem comum, o desafio deve ser de todos.

Disponível em: [www.abramet.org.br](http://www.abramet.org.br). Acesso em: 20 Jun. 2013.



**LEI SECA EM NÚMEROS**

- 13% Atendimento Hospitalar  
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (RJ)
- 97% Aprovaram o uso dos bafômetros  
Fonte: IBPS
- 27% Vítimas de acidente no Grande Rio  
Fonte: ISP - RJ
- +6,2% Média Nac. de redução vítimas fatais  
Fonte: DataSUS

Disponível em: [www.opmea.br/leiseca](http://www.opmea.br/leiseca). Acesso em: 20 Jun. 2013.

**Repulsão magnética a beber e dirigir**

A lei da física que comprova que ímãs opostos se atraem em um campo magnético é um dos conceitos mais populares desse ramo do conhecimento. Tulpas de chopo e bolachas de pipiêto não servem, em condições normais, como objetos de experimento para confirmar essa proposta. A ideia de uma agência de comunicação em Belo Horizonte foi bem simples. Ímãs foram inseridos em bolachas utilizadas para descansar os copos, de forma imperceptível para o consumidor. Em cada lado, há uma opção para o cliente: dirigir ou chamar um táxi depois de beber. Ao mesmo tempo, tulpas de chopo também receberam pequenos pedaços de metal mascarados com uma pequena rodela de papel na base do copo. Durante um fim de semana, todas as bebidas servidas passaram a pregar uma peça no cliente. Ao tentar descansar seu copo com a opção dirigir virada para cima, os ímãs apresentavam a mesma polaridade e, portanto, causando repulsão, fazendo com que o descanso fugisse do copo: se estivesse virada mostrando o lado com o desenho de um táxi, ela rapidamente gravava na base do copo. A ideia surgiu da necessidade de passar a mensagem de uma forma leve e no exato momento do consumo.

Disponível em: [www.opmea.br/leiseca](http://www.opmea.br/leiseca). Acesso em: 20 Jun. 2013.

**INSTRUÇÕES:**

- O raciocínio da redação deve ser feito no espaço apropriado.
- O texto dissertativo deve ser escrito à tinta, na folha própria, em até 30 linhas.
- A redação que apresentar cópia dos textos da Proposta de Redação ou do Caderno de Questões terá o número de linhas copiadas desconsiderado para efeito de correção.

Receberá nota zero, em qualquer das situações expressas a seguir, a redação que:

- liver até 7 (sete) linhas escritas, sendo considerada “insuficiente”;
- fugir ao tema ou que não atenda ao tipo dissertativo-argumentativo;
- apresentar proposta de intervenção que desrespeite os direitos humanos;
- apresentar parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto.

LC - 2ª dia | Caderno 6 - CINZA - Página 2



**LEI SECA EM NÚMEROS**

- 13% Atendimento Hospitalar  
Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (RJ)
- 97% Aprovaram o uso dos bafômetros  
Fonte: IBPS
- 27% Vítimas de acidente no Grande Rio  
Fonte: ISP - RJ
- +6,2% Média Nac. de redução vítimas fatais  
Fonte: DataSUS

Recorte 02: Proposta de Redação do ENEM 2013

Acima do carro, o tema da campanha propõe os dizeres: “Não deixe a bebida mudar o seu destino” em letras brancas e maiúsculas, destacando-se em meio à cena em cores escuras. Esse dizer poderia ser parafraseado da seguinte forma:

- *Não deixe* a bebida *mudar* o seu destino.
- *Impeça* a bebida de *mudar* o seu destino.
- A bebida *pode* mudar o seu destino.



Recorte 03: Proposta de Redação do ENEM 2013

O dizer e as duas diferentes paráfrases que derivam dele propõem o deslocamento da responsabilidade do sujeito pelo seu destino, pois “**Não deixe** a bebida **mudar** o seu destino” produz, enquanto efeito, a responsabilização do sujeito por poder “não deixar” a bebida mudar seu destino, assim podendo ser penalizado por esta escolha. Ao mobilizar “não deixe”, o Ministério da Justiça, junto com os órgãos apoiadores, entrega a responsabilidade dos acidentes de trânsito – causados pela embriaguez, àquele que bebe, sem discutir as questões sociais, de saúde em torno do consumo de bebida alcóolica ou do alcoolismo.

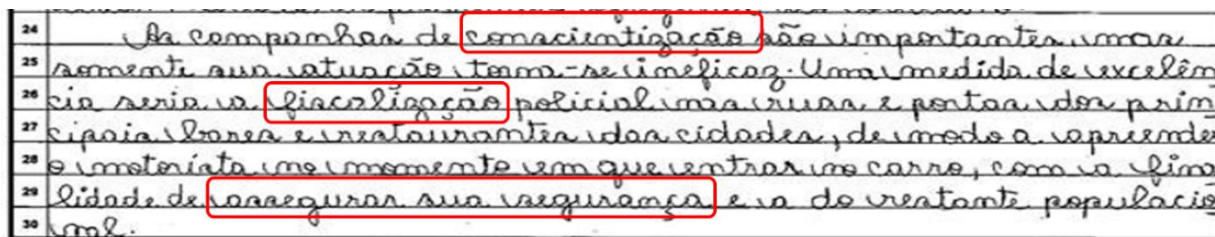
A segunda formulação, paráfrase da primeira desliza do “não deixe” para o “impeça”, produz, assim, possíveis sentidos de controle do sujeito, acentuando assim a responsabilidade de impedir a ele. Na forma imperativa, essa paráfrase enfatiza esse efeito de responsabilização, como se enunciasse que cabe ao motorista impedir.

O último movimento parafrástico traz, diferentemente, a seguinte formulação: A bebida **pode** mudar o seu destino, responsabilizando a bebida pelo o que pode acontecer, sinalizando para seu uso.

Abaixo do mote da campanha mencionado acima, outro dizer serve como slogan do texto principal: “Dirigir alcoolizado é crime e pode dar cadeia”. Aqui funciona a ameaça pela penalização: se dirigir alcoolizado pode ser preso. Uma forma de elidir toda a discussão em torno do uso de bebida alcóolica e responsabilizar o motorista com punição.

O quarto texto: “Repulsão magnética a beber e dirigir” descreveu a ideia de uma agência de comunicação em Belo Horizonte em que imãs foram colocados em bolachas utilizadas para descansar copos e em tulipas de chope, sem que o consumidor percebesse. Em cada lado delas há duas opções: dirigir ou chamar um táxi. Sempre que o cliente tentava descansar a tulipa com a opção dirigir voltada para cima, havia a repulsão. Em termos de sentido, teríamos neste texto, um efeito provocador de soluções clássicas como: “temos de nos conscientizar” ou “se cada um fizer sua parte”. Observamos que o discurso da conscientização oscila entre a responsabilização individual (quem bebe) e coletiva (a agência publicitária, o bar em questão, o taxista).

Consideremos agora analisar recortes de diferentes redações de 2013, visando observar o confronto de sentidos entre o discurso da coletânea e o discurso das redações:

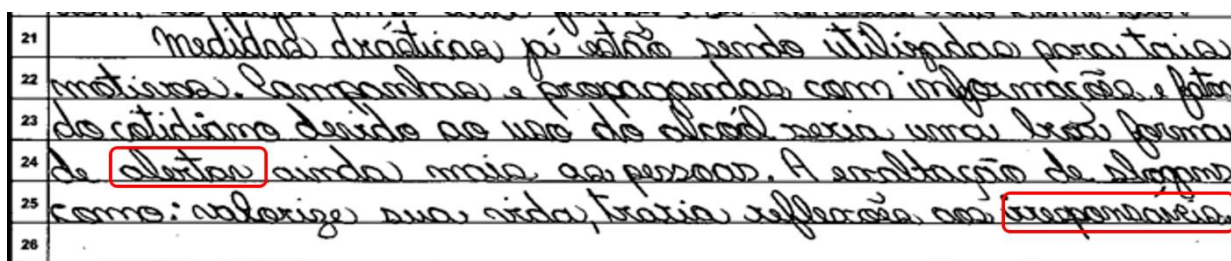


Recorte 04: Redação de aluno da 3ª série em 2013

Observa-se que neste primeiro recorte, a **conscientização** é importante para este sujeito, mas só ela não é suficiente. Para ele é possível **assegurar a segurança**, a partir da **fiscalização seguida de apreensão do motorista**.

Há um ato falho marcado em “ineficaz”, um equívoco que deixa o efeito de que as campanhas de conscientização não são suficientes, outras medidas precisam ser postas em vigor. Uma possibilidade de reformular esse dizer seria: A conscientização é ineficaz. Dizer que romperia com o imaginário social de que a conscientização é a solução ao mesmo tempo em que romperia também com a ideia de um sujeito consciente.

Para o candidato a fiscalização policial – responsabilidade do Estado é uma solução. Discurso que aponta para a ineficácia da conscientização a apreensão policial. Este discurso, por sua vez, está também marcado na coletânea, na menção ao fato de que o Governo Federal criou a Lei Seca e adquiriu milhares de etilômetros para “fiscalizar” de forma mais “eficaz” os condutores. Também há menção ao lugar onde essa fiscalização deve acontecer: ruas, portas dos principais bares e restaurantes da cidade. Um repetível da coletânea, quando, no Texto IV, se descreve a ação de uma agência publicitária durante um final de semana, a clientes que bebem (em bares e restaurantes).



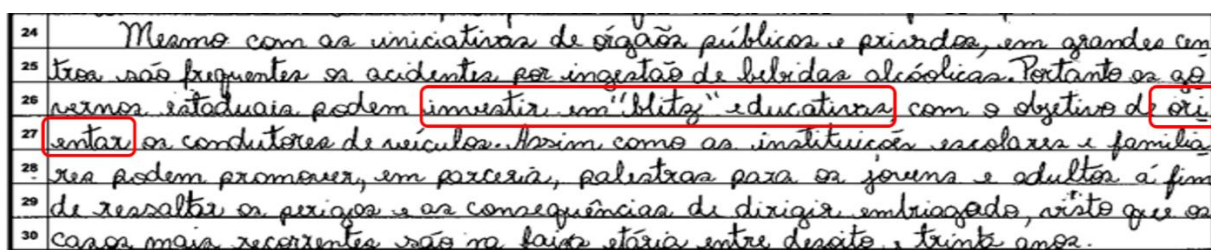
Recorte 05: Redação de aluno da 3ª série em 2013

Neste recorte, o fio do dizer, parece considerar que as formas utilizadas para **alertar** os **responsáveis** estão sendo reflexivas. Além disso, as medidas drásticas já estão sendo tomadas

(pelo governo), discurso já posto na coletânea quando há a menção à ação energética feita pelo Governo Federal.

A proposta de intervenção se configura em torno de alertar as pessoas, através de campanhas e propagandas, com informação. O foco está em tornar visíveis as causas do uso do álcool e apesar de não haver referência a quem faria isso, o governo parece ser o agente principal. Os termos “campanhas”, “propagandas” e “slogan” retomam o efeito de sentido provocado pelo Texto II (campanha publicitária do Governo Federal) e pelo Texto IV (estratégia publicitária em Belo Horizonte para “conscientização”).

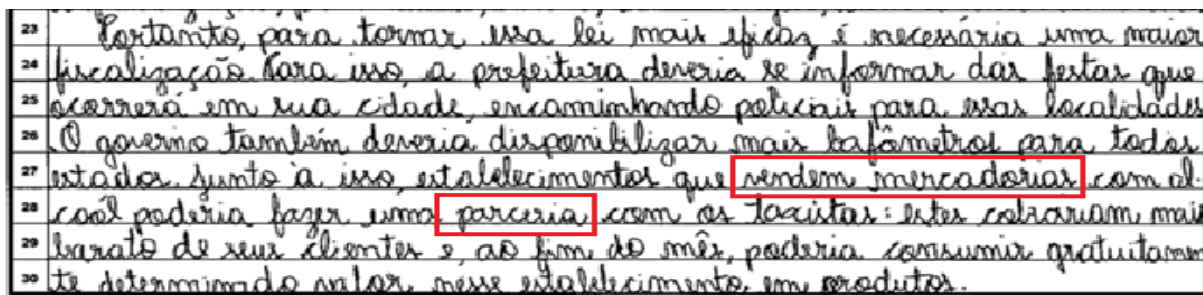
Haveria aí, portanto, o retorno do imaginário de conscientização.



Recorte 06: Redação de aluno da 3ª série em 2013

Uma questão que se coloca, com efeito, neste recorte é que os governos são responsáveis pela orientação dos condutores. Além disso, **investir em “blitz” educativas** é um ato de conscientização, que funciona como sinônimo de **orientação**. E o termo “blitz” entre aspas marca esse outro lugar de dizer.

Governo e educação (tanto da escola quanto da família) são os indicados para resolver o problema. Neste discurso não é mais pela penalização, mas pelas ações educativas que a intervenção acontece. Colocar em destaque também a educação como indicador responsável para solucionar o problema, provoca outro efeito: duplica a responsabilidade do Governo em resolver a questão. Um efeito de sentido provocado pela coletânea, nesse sujeito, quanto ao enunciado “o desafio deve ser de todos” (que fecha o Texto I) está justamente em acrescentar a escola e a família para resolverem o problema.



Recorte 07: Redação de aluno da 3ª série em 2013

No discurso deste sujeito, não se soluciona o problema pela conscientização, mas pela fiscalização/penalização. Cabe ao governo se informar sobre festas (há aqui o pré-construído de que as festas induzem à bebida) e encaminhar policial para esses locais. O governo também deve disponibilizar mais bafômetros (retoma-se o discurso do Texto I de que o governo já está solucionando o problema).

Quanto aos estabelecimentos, estes podem **vender mercadorias** com álcool e fazer **parcerias** com taxistas. Ambos ganhariam: os estabelecimentos na venda do álcool e os taxistas no consumo gratuito nos estabelecimentos parceiros. Quanto a quem resolverá o problema, o sujeito elege a polícia e o governo (pela penalização) e os taxistas (pelo capital), ou seja, Estado e mercado andando juntos.

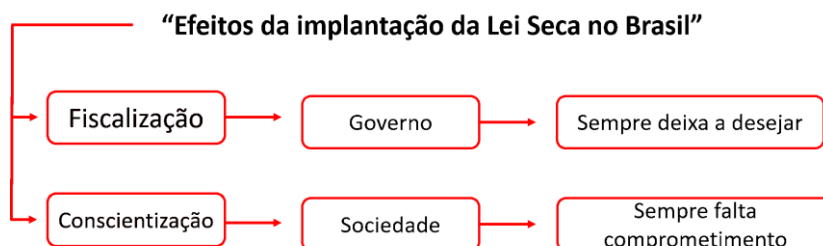
Observamos que, assim como as produções de 2012, as deste ano de 2013 mantêm o Governo como principal agente no processo de solucionar os problemas sociais. Muda-se o tema, mas não se muda quem resolve o problema. Vejamos os deslizes:

DE	PARA
Uma medida de excelência seria a fiscalização <b>policial</b> (Recorte 30)	Uma medida de excelência seria a fiscalização <b>governamental</b> .
Medidas drásticas já estão sendo utilizadas <b>para tais motivos</b> (Recorte 31)	Medidas drásticas já estão sendo utilizadas <b>pelo governo</b> .
Portanto os governos <b>estaduais</b> (Recorte 32)	Portanto os governos <b>de todas as esferas</b> .
Portanto, para tornar essa lei mais eficaz, é necessária uma maior <b>fiscalização</b> (Recorte 33)	Portanto, para tornar essa lei mais eficaz, é necessária uma maior <b>fiscalização do governo</b>



O discurso em funcionamento nestas produções gera como efeito duas soluções. A primeira é a fiscalização, feita pelo governo, mas que sempre deixa a desejar. A segunda é a conscientização, via educação, publicidade, família. Porém, há algo de falho, nesta discursividade, uma vez que parece funcionar um outro dizer, qual seja: não basta conscientizar é preciso fiscalizar e vice-versa: não basta fiscalizar é preciso conscientizar.

Este último discurso também é posto pela coletânea quando apresenta os textos. No I, quando menciona que utilizar bebidas alcoólicas ao volante é um ato que causa 30% dos acidentes de trânsito. No Texto II, pelo slogan (já analisado anteriormente, quando apresentamos o tema). No III, quando comprova, estatisticamente, os danos causados pelo ato, e no Texto IV, quando simulou que os clientes do lugar onde a campanha ocorreu, possivelmente iriam beber e, posteriormente, sair ao volante.



O que observamos é que o jogo entre ler, interpretar, escrever o texto, obedecer às regras, seguir as instruções supõe, entre outras situações, a repetição. Essa, muitas vezes, pode ser observada na maneira como o discurso já posto dos textos motivadores foi compreendido pelo candidato. Os dizeres destes textos produzem um efeito de unidade que incidem na produção de certos sentidos. Quando o candidato justapõe suas ideias, apresenta em várias situações esse efeito.

No que tange o texto que “deve” ser produzido dentro dos critérios avaliativos do ENEM, entendemos que adotar construções como proposta de intervenção que funcione como conclusão, coerência entre início e fim, apresentação explícita de um ponto de vista sobre o tema proposto e seleção, organização e relação de argumentos que deem sustentação ao ponto de vista são tentativas de construir efeitos de unidade, quando se considera o texto como uma unidade de sentidos.

Por outro lado, para que isso produza efeitos, é necessário transitar pela leitura e interpretação da Proposta cujos textos motivadores não podem ser desconsiderados. Conforme

Orlandi 2008, partimos do pressuposto de que não há sentido sem interpretação. Por seu turno, a interpretação no que diz respeito a exames como o ENEM substancia-se em dois níveis: o de quem propõe a Redação, no caso os profissionais responsáveis pela sua elaboração e que representam o Ministério da Educação e o de quem lê a prova, interpreta e produz a redação, no caso, o candidato. Dessa forma, temos que em um texto tem-se a presença-ausente de discursos possíveis numa relação regrada com as condições em que ele se produz (ORLANDI, 2008, p. 85). Logo, a interpretação nunca será única, pois é feita por sujeitos inseridos em dadas conjunturas que variam consideravelmente. E é justamente a maneira como cada sujeito interpreta que vai configurar o efeito de autoria.

Ressaltamos, também, que a linguagem não é transparente, é opaca, os sentidos são geridos e administrados conforme as posições que o sujeito ocupa. Percebemos que a natureza das intervenções varia nos recortes. Que “intervir, propor uma “intervenção”, sem ferir direitos humanos, pode significar de várias maneiras. Isso ocorre, principalmente quando consideramos o discurso da coletânea na qual o candidato deve embasar sua redação para propor uma intervenção. Portanto, também a reprodução do discurso da coletânea não é una, há reformulação desse discurso, inscrição em uma ou outra formação discursiva.

## REFERÊNCIAS

- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. 2. ed. Org. Manuel Barros de Motta. Tradução: Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.
- GALLO, Solange Leda. *Discurso da escrita e ensino*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- HANKS, William F. Texto e textualidade. In: BENTES, Anna C; REZENDE, Renato C.; MACHADO, Marco Antonio R. (orgs.). *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. São Paulo: Cortez, 2008.
- INDURSKY, Freda. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI, Suzi. *Discurso e Textualidade*. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- KOCH, I. G. Villaça. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – INEP - *A Redação no Enem 2012 – Guia do Participante*.
- ORLANDI, Eni. P. *Discurso e Texto*. Campinas, Ed. Pontes, 2008.

ORLANDI, Eni. P. Paráfrase e polissemia – a fluidez nos limites do simbólico. *Rua: Revista do núcleo de desenvolvimento da criatividade da UNICAMP*. Campinas, março, n. 4, 1998.

ORLANDI, Eni. P. Apresentação. In: *História das Idéias Linguísticas. Construção do saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional*. Campinas: Ed. Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET & HAK (org). *Por uma análise automática do discurso*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Pontes, 1988.

**Artigo recebido em fevereiro de 2018.**  
**Artigo aceito em abril de 2018.**